A MASCULINIDADE E A IDEOLOGIA: A SOCIALIZAÇÃO MASCULINA

THE MASCULINITY AND THE IDEOLOGY: THE MASCULINE SOCIALIZATION

LA MASCULIDAD Y LA IDEOLOGÍA: LA SOCIALIZACIÓN MASCULINA

Gabriel Ferreira de Brito[1]
Josías Vicente de Paula[2]

Resumo: Pretendemos, no presente artigo, refletir sobre a relação da ideologia, socialização e a masculinidade. Nosso referencial teórico para o conceito de ideologia se apoia em Marx, Mészáros e Lukács; é a partir destes pensadores que pretendemos dialogar com os estudos sobre o feminismo, a masculinidade e os gêneros em geral, pois pensamos que a influência destes três elementos pode assumir aspectos mais danosos para as mulheres e outros gêneros nas populações mais carentes da sociedade. Com referências a estatísticas sobre violência contra mulher e pesquisas qualitativas sobre sexualidade, paternidade e violência, pretendemos confirmar que o resultado de tal analise é de que a baixa instrução e a desigualdade social acentuada (principalmente no Brasil) representam um perigo para os gêneros dominados. Dessa forma também será possível reafirmar que o conceito de masculinidade marginalizada pode ser observado na sociedade, permitindo uma melhor apreensão dos diferentes tipos de masculinidades possíveis na nossa cultura e em tantas outras.

Palavras-chave: ideologia, gênero, masculinidade, masculinidade marginalizada, patriarcado.

Abstract: We intend, in this article, reflect about the relation of ideology, with the socialization and with the masculinity. Our theoretical reference to the concept of ideology is based on Marx, Mészáros and Lukács; it's from these theorists that we intend dialogue with the studies about feminism, of the masculinity and gender in general because we think the influence theses three elements can assume aspects more harmful to the woman and other genders in the populations more needy of society. With references statistics about violence against the woman and research qualitative about sexuality, paternity and violence, we

[1] Graduando do Bacharelado em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da Universidade Federal Rural de Pernambuco; membro do Grupo de Estudos Marxistas na mesma instituição (GEMARX); e estagiário no Instituto PAPAI. gabrielmop@hotmail.com;

[2] Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Prof. adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: josias75@hotmail.com

intent to confirm that results of these analyses is that the low education and the inequality high social (mainly in the Brazil) represent danger to the subordinates genders. This way it will be possible reaffirm that the marginalized masculinity can be observed in society allowing a better look from different types of masculinities that are possible in our culture and many others.

Key-words: ideology, gender, masculinity, masculinity marginalized, patriarchate.

Resumen: Pretendemos, en lo presente artículo, reflejar sobre la relación de la ideología, socialización y la masculinidad. Nuestro referencial teórico para el concepto de ideología se apoya en Marx, Mészáros y Lukács; es a partir de estos pensadores que pretendemos dialogar con los estudios sobre el feminismo, la masculinidad y los géneros en general, pues pensamos que la influencia de estos tres elementos puede asumir aspectos más dañosos para las mujeres y otros géneros en las poblaciones más carentes de la sociedad. Con referencias a estadísticas sobre violencia contra mujer e investigaciones cualitativas sobre sexualidad, paternidad y violencia, pretendemos confirmar que el resultado de tal análisis es que la baja instrucción y la desigualdad social acentuada (principalmente en Brasil) representan un peligro para los géneros dominados. De esa forma también será posible reafirmar que el concepto de masculinidad marginalizada puede ser observado en la sociedad, permitiendo una mejor aprehensión de los diferentes tipos de masculinidades posibles en la nuestra cultura y en tantas otras.

Palabras-clave: ideología, género, masculinidad, masculinidad marginalizada, patriarcado.

Introdução.

A ideologia tem sido estudada nas mais diversas áreas: nas ciências sociais, nos estudos linguísticos e na psicanálise. Pretendemos lançar mão desse conceito, no entanto, sob um prisma marxiano, não deixando de contar com contribuições feitas por pensadores marxistas, pois acreditamos que a ideologia em Marx é um referencial para estudos sobre o tema.[3]

É a partir do conceito de ideologia e não de classes sociais (ou "classes sexuais") que analisaremos a socialização masculina, o patriarcado e a relação entre cultura e ideologia. Pois acreditamos que onde ocorre a desigualdade ou alguma forma de estratificação; onde existe uma relação de poder/

[3] Ao tratar de gêneros ou feminismo, sob uma ótica marxista, não é possível ignorar o que se denominou de "The unhappy marriage of marxism and feminism...[o infeliz casamento entre marxismo e feminismo...]", o qual sugere a seguinte ideia (derivada do trabalho de Heidi Hartmann, "The Unhappy... Towards a More Progressive Union"), "...nem o marxismo nem o feminismo radical (de cunho marxista) foram suficientes para resolver os problemas específicos das mulheres, mantendo a ordem patriarcal, porque as ideias marxistas em sua origem não tem recorte de gênero." (SEMÍRAMIS, S/D, p. 30). Portanto, as categorias marxistas, no tocante ao feminismo, seriam "cegas" ("sex-blind"), ver Safiotti, (2000). Acreditamos que esse debate não está finalizado e, portanto, também pretendemos contribuir, sem a pretensão de esgotar o assunto.

dominação social, existe também uma forma ideológica que corresponde a ela (socialmente). Se tal forma de ideologia é perceptível ou velada, depende da cultura temporal e espacialmente dada, mas quando se desvela uma ideologia, normalmente o resultado é o conflito.

Como afirma Lenner (1986):

> ... [a] desvalorização simbólica das mulheres em relação ao divino torna-se uma das metáforas fundantes da civilização ocidental. A outra metáfora fundante é fornecida pela filosofia aristotélica, que assume como um dado que as mulheres são seres humanos incompletos e defeituosos, de uma qualidade inteiramente diversa da dos homens. É com a criação destes dois constructos metafóricos que são construídos nas próprias fundações dos sistemas simbólicos da civilização ocidental, que a subordinação das mulheres passa a ser vista como 'natural' e, conseqüentemente, se torna invisível. É isto que finalmente estabelece o patriarcado de modo firme como uma realidade e como uma ideologia" (apud SAFFIOTI, 2005, p. 52).

Entendemos o patriarcado como uma forma ideológica que se relaciona com gêneros estabelecendo hierarquias e relações de poder sem, no entanto, ser a única forma possível de dominação masculina. Posto que, ontologicamente, estabelecer uma noção patriarcal (essencialista) em "germe" (em povos primitivos) que com o advento da propriedade privada e com o surgimento das classes sociais se desenvolve, assumindo no capitalismo atual sua "forma acabada", no mínimo, parece ser o mesmo que supor uma teleologia histórica.

Ideologia, feminismo(s) e masculinidade(s).

Podemos agora analisar a masculinidade enquanto ideologia, mas o que se entende por "masculinidade"? Nas últimas décadas a masculinidade tem sido objeto de análise de autores/as brasileiros/as e estrangeiros/as graças aos primeiros estudos feministas que iniciaram o processo de estudo de gêneros. No entanto, estudiosos/as do feminismo normalmente não se atinham ao estudo da masculinidade:

> Karen Giffin aponta que os primeiros estudos feministas recusaram a participação dos homens e dos "mens studies" – pois além de estar se consolidando enquanto um campo delimitado – as feministas consideravam que os homens eram os únicos beneficiados pelo sistema de gênero, assim, não passíveis de serem estudados pela nova abordagem que pretendia dar voz às mulheres. (BOTTON, 2007, p. 112).

A despeito desse fator, os estudos sobre a masculinidade têm se desenvolvido bastante nos últimos anos, nas mais diversas áreas sociais e científicas. Por isso, basicamente, não podemos definir a masculinidade como algo natural e estático que não varia historicamente:

> [...] A masculinidade, assim como a feminilidade é construída socialmente, é histórica, mutável e relacional (Connell, 1995; Kimmel, Messner, 1995). Há uma diversidade de tipos de masculinidades, que correspondem a diferentes inserções dos homens na estrutura social, política, econômica e cultural e a trajetórias e estágios diferentes do seu ciclo vital (Connel, 1995). (GARCIA, 1998, p. 36)

Para que a masculinidade, no entanto, possa ser entendida como uma ideologia faz-se necessário entender como a consciência social (MÉSZÁROS, 2004) se torna uma ideologia propriamente dita. Num de seus trabalhos, Marx afirma que:

> A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda colossal superestrutura. Quando se considera tal transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. (MARX, 2008, p. 48, grifos nossos)

Marx está tratando do conjunto de ideias que agem sobre o plano material, mas que são, primeiramente, formas de consciência "sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito..." (MARX, loc. cit.). Isto é, ter consciência de que os processos inerentes à normatização ou estabelecimento de papéis na ação sempre foram decisões (nesse contexto) masculinas, seja na tomada de decisões em âmbito privado (relacionamento amoroso, na família) ou em sociedade (na política, nas artes, na filosofia etc.), também é um processo de posicionamento ideológico.

Nesse contexto, o feminismo e os estudos de gêneros surgiram na sociedade superando as definições que resumiam o conflito de gêneros a uma questão de "classe social" ou "classes sexuais" (ENGELS, 2012). Percebeu-se que existia um conflito velado que vai além da questão econômica...

> Há uma presunção de que a solidariedade de classe é suficiente para quebrar essa subordinação. Porém, a se julgar pelo desenrolar da Revolução Russa, quando as feministas marxistas perderam poder e viram a opressão sobre as mulheres aumentar, não se pode aceitar acriticamente esse tipo de argumentação. (SEMÍRAMIS, s/d, p. 29);

A perspectiva de que o marxismo trataria apenas da questão econômica, todavia, é um equívoco que já se tornou senso comum e a nosso ver não passa de um reducionismo (LESSA, 2011). Para Lukács, por exemplo, a ideologia também está relacionada à questão de classes, mas não se resume a ela, isto é, a ideologia possui sua gênese mesmo antes da sociedade de classes, mas se desenvolve nela. Trata-se, antes de tudo, do que ele classifica como uma "teleologia secundária" (VAISMAN, 2009, p. 449). Para Lukács a ideologia está intimamente ligada à práxis social, ligada as "formas ideológicas" citadas por Marx (2008, p. 48) [4].

É dessa forma que entendemos que a masculinidade se tornou uma forma de práxis social, uma forma de normatização de condutas que define papéis entre os gêneros privilegiando um dos gêneros, consequentemente, assumindo aspectos ideológicos tanto nas "superestruturas" (MARX, loc. cit.) quanto nas microestruturas: nas famílias, no cotidiano etc.

Os aspectos ideológicos referentes à masculinidade, portanto, influenciam cada aspecto do processo de socialização. Assumindo diferentes configurações nas diferentes classes sociais, tanto nas relações entre masculinidades quanto em relação à masculinidade e outros gêneros. Em escolas, por exemplo, até pequenos detalhes, como as normas organizacionais, disciplinares, estão carregadas de aspectos conservadores que delimitam os hábitos de crianças a partir de seus respectivos sexos.

> A forma como a professora conversa com a menina, elogiando sua meiguice, ou quando justifica a atividade sem capricho do menino; o fato de pedir para uma menina a tarefa de ajudar na limpeza e ao menino para carregar algo torna possível perceber como as expectativas são diferenciadas para as meninas e os meninos. O que é valorizado para a menina não é, muitas vezes, apreciado para o menino e vice-versa. (FINCO, 2008, p. 2).

Analisaremos agora a influência que determinadas práticas e costumes, institucionalmente ou não, desempenham na socialização masculina. Pois é a partir desses pressupostos que poderemos esboçar os aspectos mais gerais da construção das masculinidades e as consequências de tais formas de socialização sobre diferentes indivíduos.

Ideologia e socialização - a religião.

A influência que a religião desempenha na construção de papéis a serem desempenhados pelos diferentes gêneros é obviamente indiscutível nos mais diversos países/regiões. Segundo dados do IBGE, referentes ao ano

[4] Para um aprofundamento sobre a "gênese" da ideologia em Lukács: Gilmaísa Macedo Costa (2006).

de 2010, a religião católica é predominante no Brasil, mas vem perdendo espaço para uma das inúmeras vertentes do cristianismo – a religião evangélica[5]. Isso quer dizer que apesar da diminuição da influência católica, outra religião está assumindo o espaço e ambas compartilham da mesma base – o judaico cristianismo.

Podemos citar também outras culturas não perpassadas pelas instituições judaico-cristãs para demonstrar que a dominação-subordinação entre diferentes gêneros possui suas particularidades de acordo com cada cultura dada. Darcy Ribeiro, por exemplo, se refere à dominação masculina, e não ao patriarcado, em um de seus estudos:

> Simultaneamente com essa diferenciação de papéis produtivos [decorrente da Revolução Agrícola] surgem crenças e cultos destinados a impor a dominação masculina, que se vira virtualmente ameaçada. Com o apelo a mitos e ritos – como os do Jurupari entre os grupos Tupi do Brasil, de instituições como a casa dos homens e os sistemas de castigos a que ambos estão associados – perpetua-se uma precedência social que já não corresponde ao papel masculino na nova economia dos povos agricultores. (1998, p. 88/89)

Não nos cabe aqui uma analise do processo histórico de desenvolvimento do judaico-cristianismo, mas antes a identificação de seu papel na manutenção da masculinidade. A religião é responsável (nesse contexto) pela legitimação de posturas ideológicas masculinas. O senso comum, dessa forma, atrelado à ideia de que a família monogâmica é o alicerce da humanidade, faz com que os homens se sintam na responsabilidade de assumir o papel de chefes de família.

A mulher se torna mero apêndice da família no processo, assumindo um papel secundário, passivo. Para o homem, ser o chefe de família representa muito mais que ser o provedor financeiro do lar, cabe a ele, também, a responsabilidade de vigiar os comportamentos que não correspondam à disciplina e moral cristã. O que resulta na vigilância constante da sexualidade dos filhos. Assuntos como virgindade, namoro etc., são de suma importância para o homem e é dele a responsabilidade de monitorar, portanto, as relações sociais que seus filhos e esposa mantêm, impedindo que questões como sexualidade, homossexualidade, aborto etc., sejam sequer tocadas, pois tais questões vão contra o dogma cristão[6].

[5] Fonte: Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br . Consultado em: 07/02/13

[6] Recentemente, no Rio+20, por interferência do Papa Bento XVI, o tema "aborto" foi retirado da pauta sobre as mulheres. Tal assunto foi desconsiderado pela então presidenta Dilma Rousseff, ela afirmou que "é preciso recuar de argumentos para permitir outros". O que

A masculinidade dentro das religiões judaico-cristãs não pode ser questionada. Portanto, na perspectiva religiosa dessas religiões o homem tem de ser representante fiel da espécie, macho, e qualquer desvio de orientação sexual é considerado um pecado capital. Dependendo do nível de instrução, da educação familiar recebida (se foi rígida ou mais flexível), o homem deve assumir uma masculinidade mais ou menos austera, o que implica no aspecto altamente negativo do "ser macho" que é a comunicação pelo uso da violência, que pode resultar em agressões e até mesmo, em alguns casos, em homicídios.

Numa sociedade de predomínio religioso, as masculinidades marginalizadas tendem a naturalizar os papéis dos gêneros de forma bastante problemática.

> Ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, e travestis ficam fora do esquema de gênero patriarcal [...] Tomem-se, por exemplo, as religiões. Estão inteiramente perpassadas pela estrutura de poder patriarcal. (SAFFIOTI, 2005, p. 58)

A educação.

Um dos aspectos mais importantes no processo de socialização, como bem sabemos, é a educação nas escolas. Num país como o Brasil onde 65% dos homens se declaram católicos, segundo Censo 2010, é até natural que seus filhos/as, na infância, assumam os papéis referenciados por seus pais. Nesse caso, os meninos nascem inseridos num meio predominantemente masculinizante. Suas identidades começam a ser construídas a partir de um referencial religioso.

Quando as crianças ingressam na vida escolar, suas identidades já estão em maior ou em menor medida relacionadas a dois gêneros possíveis: ser homem, ou ser mulher (heterossexuais). Não há referências para outras orientações sexuais e, portanto, suas escolhas reproduzem uma tradição que se conserva, naturalizando-se. Nesse aspecto o/s outro/s, aquelas crianças com orientação sexual ainda não delimitada que podem ter alguma propensão à sexualidade não heteronormativa, tendem a ser excluídos/as.

Cada aspecto comportamental das crianças é cuidadosamente trabalhado nas escolas,

> Meninos e meninas desenvolvem seus comportamentos e potencialidades no sentido de corresponder às expectativas quanto às

demonstra que mesmo uma mulher na Presidência da República não representa um avanço histórico a partir do momento em que as bases ideológicas que legitimam a masculinidade enquanto ideologia predominante entre os gêneros não for questionada. Para mais detalhes, ver matéria disponível em http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/e-um-tempo-para-sermos-pragmaticos-mas-otimistas-diz-hillary.html Consultada em: 07/02/2013.

> características mais desejáveis para o que é definido como pertinente a um modelo singular e unívoco de masculinidade e feminilidade em nossa sociedade. (FINCO, 2008, p. 5)

Uma interessante pesquisa realizada em creches por Elisabete Franco Cruz demonstrou que a falta de preparo de educadores, referentes à sexualidade e gêneros, acarreta na construção de uma identidade de gênero naturalizante,

> A análise da literatura e minha experiência profissional apontam a existência de preconceitos e dificuldades na esfera das relações de gênero, pois frequentemente os modelos de masculino e feminino apresentados às crianças são estereotipados e marcados por concepções culturalmente cristalizadas. Num momento tão relevante para a construção da identidade, como a faixa etária de 0 a 6 anos, isto significa, no mínimo, o não-oferecimento de oportunidades para experienciar um papel de gênero diferenciado das representações mantidas pelo senso comum. (CRUZ, 1998, p. 237)

A pesquisa demonstra que a socialização e a construção da identidade de gênero perpassada pela influência patriarcal oriunda da tradição religiosa que se observa nos casos analisados, quando relacionada à educação da pré-escola, constitui um processo de continuidade. Ou seja, a socialização dos primeiros anos de vida de crianças tende a naturalizar o processo de construção de identidades de gêneros num prisma biológico/sexual.

Em 2011 uma polêmica veio à tona: um projeto que ficou conhecido como "Kit gay". Basicamente, o projeto tinha por objetivo capacitar professores para que eles, através de vídeos, cartilhas etc., iniciassem um dialogo com os alunos de ensino médio. O foco era discutir questões de transsexualidade, bissexualidade etc., entre os alunos, para que se combatesse o preconceito. Apesar do parecer favorável da UNESCO e da entidade de Secretaria de Direitos Humanos, o projeto foi vetado. A pressão da "opinião pública" teve repercussão política (e vice-versa) no Senado e até nas eleições para prefeito da cidade de São Paulo, cujo prefeito à época era Gilberto Kassab. O prefeito se envolveu em debates sobre o assunto com a oposição e com representantes de entidades religiosas (patriarcais), como o influente pastor protestante pentecostal brasileiro líder da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Sílas Malafaía[7].

Uma criança que é educada na família para ser homem (hétero), que entra na escola e até a adolescência (ensino médio) continua a ser educada para uma socialização que exclui o dialogo sobre sexualidade, orientação sexual etc., não possui, provavelmente, uma tendência a se tornar tolerante

[7] Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2012/noticia/2012/10/pastor-silas-malafaia-declara-apoio-serra-e-critica-candidato-do-pt.html Consultado em: 07/02/13.

ou não preconceituoso. Dependendo das circunstâncias (educação de baixa qualidade, baixa renda etc.,) essas crianças podem não desenvolver uma socialização tolerante a outros gêneros que não heteronormativos.

A masculinidade hegemônica e a marginalizada.

Como foi possível até agora observar, a tradição religiosa e a educação estabelecem, cultural e ideologicamente, os valores masculinos hegemônicos sobre outros gêneros. Além disso, a influência de religiões de cunho patriarcal, bem como a socialização que perpetua o status quo, resulta numa naturalização de papeis dos gêneros.

Os sujeitos masculinos das classes mais desfavorecidas tendem a manter uma relação familiar e conjugal bastante problemática. Todavia, essa situação se agrava ainda mais quando a instrução é mais baixa. Segundo pesquisa recente sobre violência contra mulher (WAISELFISZ, 2012), 41% dos registros de óbito de mulheres ocorreu em âmbito domiciliar; enquanto entre homens a taxa é de apenas 14,3%. Isso revela que a motivação para os crimes contra mulher seguem uma tendência diferente dos outros gêneros. O que indica que na maioria dos casos os crimes têm caráter passional. Ou seja, na maioria das vezes é o próprio parceiro da vítima quem comete o crime.

É nesse contexto que podemos tratar de diferentes tipos de masculinidades. Segundo pesquisa realizada por Malvina Ester Muskat, durante dois anos em São Paulo, com casais em processo de separação, a violência contra mulher normalmente está associada a fatores como baixa instrução e baixo nível de renda, conforme:

> É possível afirmar que identificamos nos homens violentos, pertencentes às camadas mais pobres da população, um forte elo entre virilidade e violência, calcado sobre o horror à feminização e, naturalmente, sobre os preconceitos e discriminações que conferem à condição feminina uma situação de exclusão e subalternidade. O domínio e o controle são as ferramentas mais comumente utilizadas pelos homens violentos. (MUSKAT, 1998, p. 216)

Mais à frente,

> Trata-se de uma população com baixo nível de escolaridade, parcialmente alfabetizada, na maioria das vezes desempregada por ocasião de queixa e ganhando a vida por meio de "bicos"[...] A violência como forma eleita de comunicação, encobre o desamparo e o despreparo que o status de poder, atribuído pela cultura, não consegue superar. Serve ainda, em circunstâncias objetiva ou subjetivamente desfavoráveis, para o restabelecimento fugaz do sentimento básico de domínio e virilidade. A agressão, que vai provocar na vítima sentimentos de humilhação com consequente submissão, permite ao agressor viver uma forma momentânea de triunfo, de resgate fugaz da auto-estima. (ibidem, p. 225; grifos nossos).

A masculinidade marginalizada que é ligada à população de baixa renda, de diferentes etnias, raças etc., se dá na "relação entre masculinidades nas classes subordinadas ou grupos étnicos [...] A marginalização é sempre relativa ao poder da masculinidade hegemônica do grupo dominante" (GARCIA, 1998, p. 47). Sendo a masculinidade hegemônica, segundo Connell (apud GARCIA, ibidem, p. 46),

> definida como uma configuração de gênero que incorpora a resposta atual aceita para o problema da legitimidade do patriarcado garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. A hegemonia será estabelecida somente se existir correspondências entre o padrão cultural e o poder institucional, seja ele coletivo e/ou individual.
> A masculinidade marginalizada é representada pelos indivíduos que não gozam da proeminência social na cadeia de estratificação social, portanto, que não participam da masculinidade hegemônica; esta sendo representada pelos grupos/raças/etnias que gozam de um maior status social em dada cultura. Apesar disso a masculinidade hegemônica não é estática: "Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a dominação ou hegemonia de uma masculinidade particular são gradualmente destruídas. A hegemonia é vista como historicamente mutável". (GARCIA, loc. cit.)

O problema da violência de gênero é antigo e vem sendo estudado progressivamente, não se trata de um problema novo ou apenas regional:

> No que se refere à violência contra mulher, pesquisas recentes vêm revelando que na América Latina esta é, em grande parte, uma violência privada, exercida no interior da própria família. A título de exemplo: no Brasil, entre janeiro e junho de 1989, na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, 47% dos crimes cometidos contra as mulheres e registrados em delegacias de polícia foram perpetrados por maridos, companheiros, namorados, noivos e ex-maridos, ou seja, pelos próprios membros do círculo familiar. (VAITSMAN, 1994, p 19)

Isso nos revela que a ideologia masculina perpassa todas as classes sociais, de forma não uniforme, estabelecendo uma relação de poder entre os gêneros, mantendo um conflito não só institucional/econômico, mas também cotidiano, no qual o sujeito masculino tende a manifestar das formas mais desumanas o papel que lhe foi atribuído pela cultura da qual faz parte. Como bem observa Malvina Ester Muskat (1998, p. 226):

> Tradicionalmente a violência de gênero tem sido exercida pelos homens sobre suas mulheres e, estatisticamente falando, sobre suas próprias mulheres, sejam elas companheiras ou filhas. Trata-

> -se de uma questão cuja origem está nas discriminações sexuais, calcadas nas relações de gêneros.

Podemos verificar um comportamento que corrobora a afirmação sobre a relação entre a violência de gêneros e a masculinidade marginalizada ao comparamos uma pesquisa realizada em grupos mais bem posicionados na sociedade, isto é, que possuem melhor escolarização e maior poder aquisitivo, como as classes médias. Nesse caso a situação é relativamente positiva, ao invés da violência o que está acontecendo é uma maior participação dos pais na paternidade (RIDENTI, 1998). O que não necessariamente esteja contribuindo para uma maior distribuição de papéis na sociedade, mas que demonstra uma tendência oposta à apresentada no caso da maioria das famílias de baixa renda. Portanto, nesse caso a tendência pode diferir da que se apresenta no caso da masculinidade marginalizada.

Capitalismo, masculinidades e transfobia.

Analisaremos agora, e por último, as condições materiais que realizam a manutenção da masculinidade hegemônica. Nesse sentido, observaremos a relação entre classes sociais, ideologia e socialização masculina, apontando para o que chamamos no começo do presente artigo de aspectos "mais perigosos" para os gêneros não heteronormativos, tratando, por conseguinte, da transfobia.

Nesse sentido, numa ótica marxista, o trabalho no capitalismo assume características específicas que representarão grande influência na modificação dos papéis de gênero perpassados pela ideologia especificamente patriarcal. Saffioti (2005, p. 59) chamou a relação entre gênero, classe, raça/etnia de "nó". Sua intenção era demonstrar que essas categorias se inter-relacionam e não o contrário (se excluiriam). Pois é comum pensar que as mulheres passaram a trabalhar quando o mercado de trabalho capitalista abriu as portas para elas e que antes elas não trabalhavam,

> O capitalismo abriu as portas sim, mas do emprego, pois as mulheres já trabalhavam, havia muito tempo, mais que os homens. A realidade social é contraditória, comportando avanços e retrocessos. Como ilustração destes últimos, lembra-se a Lei 9.099/95, que liberou os maridos e companheiros para a agressão física, psicológica e sexual contra suas mulheres. (SAFIOTTI, 2000. p. 73)

Para pensadores como Mészáros, Lukács e a referência comum aos dois, Marx, não se pode tratar de sociabilidade, sem que se trate das relações materiais. Ou seja, ao se tratar de masculinidades, por exemplo, é necessário que se pense em qual contexto materialmente dado que se dão determinadas masculinidades. Nesse contexto, por exemplo, Mészáros afirma que não se

pode tratar da "liberação das mulheres" sem que se trate das transformações materiais correspondentes a tal liberação[8], demonstrando que no capitalismo a liberação das mulheres não pode ocorrer devido às determinantes materiais da reprodução de capital; enquanto nos aspectos político/formais as mulheres alcançam alguns avanços, nos aspectos prático/reais elas, em sua grande maioria, continuam sendo, enquanto gênero, o grupo mais vitimizado no tocante à desigualdade econômica em todo o mundo.

Como já tratamos aqui, a masculinidade hegemônica não é quantitativamente superior à masculinidade que tratamos como marginalizada. Esse argumento é extremamente dependente do contexto econômico já que "A marginalização é sempre relativa ao poder da masculinidade hegemônica do grupo dominante" (GARCIA, 1998, p. 47). Portanto, os valores que estabelecem uma determinada forma de hierarquia de gêneros não são decorrentes de grupos dominados, mas dos dominantes. Consequentemente, a ideologia que emana da classe dominante, nesse sentido, os valores da masculinidade hegemônica, constroem os modelos de sociabilidade que perpassam as estruturas sociais indo do âmbito público ao privado reciprocamente.

Não se trata, de qualquer forma, de se ignorar outros tantos aspectos sociais e/ou subjetivos elevando a "economia" a determinante das relações entre os gêneros. O que pode ser observado nas relações sociais é que as instituições e os demais aspectos públicos incidem sobre as diferentes masculinidades de forma também diversas. Portanto, não se pode excluir a categoria econômica dos estudos referentes à socialização, identidades de gênero, etc. Nesse contexto, dentro das relações mercantilistas do capitalismo contemporâneo, quais as possibilidades que gêneros não heteronormativos, como transexuais, homossexuais e travestis têm no mercado de trabalho? Não é de se estranhar que devido à exclusão do mercado de trabalho normalmente o maior número de travestis e transexuais se encontrem em profissões marginalizadas como a prostituição ou em atribuições, no mínimo, estereotipicamente tidas como "femininas", como cabeleireiras.

O aspecto mais danoso (a nosso ver) é que uma socialização perpassada por ideologias que tendem a naturalizar as relações entre os gêneros eliminando dos agentes de socialização, como as escolas aqui observadas, o diálogo sobre gêneros, sexualidade, etc., é à exclusão social do outro; no contexto de transgêneros, o que pode ocorrer é a "transfobia". Pesquisas apontam para uma alta taxa de homicídios de pessoas integrantes desses grupos sociais no Brasil (JESUS, 2012). O que aponta para uma necessária reconfiguração tanto de políticas públicas voltadas a esta questão quanto para alternativas relacionadas à educação que visem, especificamente, diálogos sobre gêneros e sexualidade.

[8] Capítulo 5 "Liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva" em: MÉSZÁROS, István. "Para além do Capital", São Paulo, Boitempo, 1 ed. rev. 2011.

Não basta, no entanto, que tais modificações ocorram apenas no campo político. Como mencionamos mais acima é necessário que transformações materiais na esfera econômica também ocorram. Nesse sentido é válido indagar se seria possível uma maior integração e uma socialização mais igualitária, mais justa, numa sociedade reificada pelo capital, ou seja, se seria possível tal forma de socialização num mundo dominado pela lógica de produção do capital e não da reprodução humana (MÉSZÁROS, 2011).

Segundo críticas ao "feminismo liberal" e sua tendência "universalizante" (BENOIT, 2000) que ignorava questões de classes sociais feitas por feministas socialistas, foram questionados justamente os aspectos somente políticos dos avanços feministas; pois as mulheres negras, por exemplo, não tinham as mesmas exigências que as mulheres brancas, posto que a herança das senzalas fez com que essas mulheres tivessem que assumir dupla jornadas de trabalho desde a Lei Áurea (no Brasil) até os dias atuais. Portanto, é necessário ir além do político para tratar de gêneros e masculinidades. Caso não se logre essa perspectiva, os estudos sobre masculinidades, os movimentos transgêneros, as militâncias LGBTs, etc., não poderão ter conquistas práticas reais, materiais, que lhes possibilitem uma igualdade no mínimo mais acentuada.

Conclusão

A ideologia masculina, ou as ideologias masculinas, se manifestam enquanto fenômeno nas mais diversas culturas, seja atualmente ou em distintos períodos históricos. Entender que a ideologia, enquanto "consciência social prática", possui origens anteriores ao surgimento das classes sociais e do patriarcado, é também uma forma de se prevenir de possíveis atribuições feitas à dominação masculina apenas a partir do patriarcado ou do advento da propriedade privada. Tais linhas de pensamentos ofuscam o problema da subjetividade por delimitar a dominação de um gênero sobre outro a apenas momentos específicos.

A ideologia que se manifesta em cada momento dado, portanto, decorre da interpretação de mundo possível aos seres sociais e dos valores que são eleitos como superiores/ inferiores. Dessa forma, o funcionamento de uma sociedade dada ou as funções a serem exercidas pelos sujeitos nesses momentos tendem a manter uma proeminência entre um dos gêneros. Isso indica que a ação dos sujeitos voltados para a práxis assume aspectos ideológicos quando os valores de uma parcela da sociedade são legitimados (e quando precisam ser novamente legitimados na reprodução social). Portanto, o que ocorre é que as práticas de determinada cultura devem ser preservadas, supostamente, sob o pretexto de que o seu funcionamento não seja comprometido, ignorando, dessa forma, as relações desiguais e hierárquicas entre os (nesse caso) gêneros.

A masculinidade opera em todos os níveis da sociedade, assume diferentes contornos culturais, mas sempre tenta preservar os valores que legitimam a subordinação de outros gêneros a ela. A problemática questão que daí decorre é que além do conflito de gêneros, hoje desvelado, a própria construção da masculinidade hegemônica estabelece valores, posicionamentos, formas de conduta que podem resultar, para os sujeitos masculinos que não conseguem ser de fato componentes de um modelo "ideal" de masculinidade, em formas de comunicação para a autoafirmação desses sujeitos não poucas vezes perigosa e agressiva para eles e principalmente para outros gêneros (no caso das mulheres, na violência conjugal, no estupro, homicídios; em família, no abuso sexual de crianças e agressões; subjetivamente na coisificação da sexualidade etc.).

A contribuição dos aspectos que aqui foram citados enquanto formas ideológicas da dominação masculina, como as religiões de cunho patriarcal ou a baixa instrução e desigualdade social, é extremamente essencial para que esse dado modelo de sociabilidade não seja superado. Somente quando, como já vendo sendo feito, os sujeitos "adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim" (MARX, 2008, p. 48; grifos nossos) é que se pode lograr uma cultura que se alce para além da dominação de um gênero sobre outro e que de fato possa elevar a generidade humana a outro patamar.

As masculinidades em suas relações com outros gêneros e em sua própria inter-relação (hegemônica e marginalizada) apresenta um grau de nocividade para o próprio sujeito que não consegue superar essa relação ideológica em sua própria subjetividade. O que implica numa sociabilidade comprometida. Portanto, superar tal forma de ideologia é também uma forma de propor uma sociedade onde os diferentes gêneros possam ter uma socialização que potencialize a aceitação do "outro" sem estabelecer uma relação de poder entre os gêneros nem com os próprios sujeitos componentes do gênero masculino em si.

Referências

BENOIT, Lelita Oliveira. **Feminismo, Gênero e Revolução.** Crítica Marxista, n. 11, 2000. p. 76-88. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=11&numero_revista=11 Consultado em: 21/01/13.

BOTTON, Fernando Bagiotto. A masculinidade em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo,** n. 19 e 20, PR, Brasil,2007. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/vernaculo/article/download/20548/13731 Consultado em: 23/02/2013.

COSTA, Gilmaísa Macedo. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar-http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.htm - Quadrimestral Jan, nº 9, Abr/Mai/Jun/Jul – Maringá, PR, Brasil, 2006. Consultado em: 10 de dez. de 2013;

CRUZ, Elizabete Franco. Quem leva o nenê e a bolsa? O masculino na creche. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum; MEDRADO, Benedito (orgs.). Homens e masculinidades – outras palavras. ECOS, São Paulo, Editora 34 Ltda., 1998;

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. São Paulo, Lafonte, 2012;

FINCO, Daniela. Socialização de gênero na educação infantil, Anais 8º Seminário, Fazendo Gênero 8, , Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Daniela_Finco_10.pdf Consultado em: 07/03/2013;

G1.GLOBO.COM. consulta em: http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/e-um-tempo-para-sermos-pragmaticos-mas-otimistas-diz-hillary.html Consultado em: 07/02/2013;

G1.GLOBO.COM. consulta em: http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2012/noticia/2012/10/pastor-silas-malafaia-declara-apoio-serra-e-critica-candidato-do-pt.html Consultado em: 07/02/13;

GARCIA, Sandra Mara. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero.In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum; MEDRADO, Benedito (orgs.). Homens e masculinidades – outras palavras. ECOS, São Paulo, Editora 34 Ltda., 1998;

IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010. Consulta em: http://www.ibge.gov.br . Consultado em: 07/02/13;

JESUS, Jaqueline Gomes. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. Anais do VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. Bahia, 2012. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/233854734_Identidade_de_gnero_e_polticas Consultado em: 30/03/13;

LESSA, Sergio. Trabalhador coletivo no Livro I de O Capital**. Crítica Marxista** nº 32, 2011. p. 85-106. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=43&numero_revista=32 Consultado em: 15/01/13.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ª Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008

MÉSZÁROS, Ístván. **O poder da ideologia**. São Paulo, Boitempo, 2004.

_____. Para além do Capital. São Paulo, Boitempo, 1 ed. rev. 2011

MUSKAT, Malvina Ester. Violência de gênero e paternidade. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum; MEDRADO, Benedito (orgs.). **Homens e masculinidades** – outras palavras. ECOS, São Paulo, Editora 34 Ltda., 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo civilizatório** – Etapas da evolução sociocultural. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

RIDENTI, Sandra G. Unbehaum. "A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos". In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum; MEDRADO, Benedito (orgs.). **Homens e masculinidades** – outras palavras. ECOS, São Paulo, Editora 34 Ltda., 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?. **Crítica Marxista** nº 11, 2000. P. 71-75. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=11&numero_revista=11 Consultado em: 30/03/13.

_____, (2005), Gênero e patriarcado. In CASTILLO-MARTÍN, Márcia e OLIVEIRA, Suely de (orgs.). **Marcadas a ferro** — violência contra a mulher: uma visão interdisciplinar. Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para a Mulher;

SEMÍRAMIS, Cynthia. **Marxismo e feminismo**. Guia de Filosofia Karl Marx. São Paulo, v. 3, p. 26-31, Editora Escala. S/d;

VAISMAN, Ester. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. **Perspectiva**, v. 27, n 2, FLORIANÓPOLIS, 441-459 DEZ 2009, p.449 disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v27n02/v27n02a07.pdf Consultado em 27 dez, 2012;

VAISTMAN, Jeni. Hierarquia de gênero e iniquidade em saúde. **PHYSIS, Revista de Saúde Coletiva**. V. 4, n. 1, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73311994000100001&script=sci_arttext Consultado em: 30/03/2013;

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012.** Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, CEBELA, 2012.

Recebido em 30/03/2013, aceito em 05/09/2013